



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 08.237/16

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do **Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Frei Martinho PB** concedendo Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais a Sra. Adilza Bezerra Dias Dantas, Matrícula nº 0029-1, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, que contava, à época do ato, 14.329 dias de tempo de serviço, e idade de 50 anos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
Cons. em exercício - Relator

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
Cons. em exercício - Relator



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## 1ª CÂMARA

Processo TC nº 08.237/16

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): **Adilza Bezerra Dias Dantas**

Órgão: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Frei Martinho PB

Gestor Responsável: Maria Dalva Dias

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 TC nº 00701/2017

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do Processo TC nº 08.237/16 referente à Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais da Sra. Adilza Bezerra Dias Dantas, Matrícula nº 0029-1, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

**TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 20 de abril de 2017.**

Assinado 24 de Abril de 2017 às 11:43



**Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira**  
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Assinado 20 de Abril de 2017 às 13:42



**Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho**

RELATOR

Assinado 22 de Abril de 2017 às 12:01



**Luciano Andrade Farias**

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO